

BNY Mellon Serviços  
Financeiros  
Distribuidora de  
Títulos e Valores  
Mobiliários S.A.

**Demonstrações financeiras em  
30 de junho de 2016 e 2015**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>5</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>

## Relatório da Administração

Srs. acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. e do público em geral as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, adaptadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e relatório dos auditores independentes, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016.

### **Risco operacional (Resolução CMN nº 3.380/06)**

A estrutura de gerenciamento de risco operacional foi implementada em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.380/06. A estrutura é responsável pela criação/manutenção de um sistema de gerenciamento de risco contínuo, que prevê a execução de controles tais como políticas, procedimentos, ferramentas, treinamentos e comunicação com objetivo de identificar e acompanhar os riscos associados à Instituição. O sistema abrange, entre outros, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional e relatórios de gerenciamento do risco operacional por meio dos quais os riscos são continuamente avaliados, mensurados, monitorados e mitigados para um nível de risco residual aceitável a esta Instituição.

### **Gerenciamento de risco de mercado, liquidez e crédito:**

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado, liquidez e crédito é proporcional à dimensão da exposição da Instituição a tais riscos, considerando-se a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços do BNY Mellon no Brasil. A gestão é efetuada de forma centralizada por área administrativa que mantém independência com relação à mesa de operações. São mantidas políticas e procedimentos internos relacionados ao gerenciamento de tais riscos, incluindo o monitoramento, processos de documentação e escalação que garantem que a Administração esteja ciente dos riscos e possa determinar um plano de ação eficaz, caso a exposição alcance níveis superiores às metas de risco estabelecidas.

A Instituição encontra-se então apta a atender às exigências referentes à estrutura de gerenciamento do risco de mercado, liquidez e crédito descritas nas Resoluções CMN nºs 3.464/07, 4.090/12 e 3.721/09, respectivamente.

### **Gerenciamento de risco de capital (Resolução CMN nº 3.988/11)**

Em cumprimento à Resolução CMN nº 3.988, aos conceitos do Comitê de Basiléia e às políticas corporativas do BNY Mellon, a Administração no Brasil definiu uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com a natureza das operações do BNY Mellon no Brasil e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

O gerenciamento de capital é realizado sob coordenação do diretor financeiro, responsável pelo gerenciamento de capital perante o BACEN, sendo membro do Comitê de Auditoria e do Comitê de Risco e Compliance, bem como da Diretoria Estatutária do Grupo, estando apto a identificar fatores que possam impactar os níveis de capital, tomando as providências de escalação interna necessárias à manutenção dos níveis de capital requeridos à continuidade dos negócios do Grupo de acordo com os padrões internos e os padrões estabelecidos pelo BACEN.

Fazem parte da estrutura de gerenciamento de capital, em conjunto com o diretor financeiro, diversas áreas da Instituição, como Contabilidade, Risco Operacional e Controles Internos, Risco de Mercado, Crédito e de Liquidez e “Decision Support”, que, de forma integrada, são responsáveis pela elaboração do plano de capital, partindo-se das projeções de receitas e despesas baseadas em indicadores e metas de crescimento do negócio e manutenção de um sistema de gerenciamento e monitoramento de risco contínuo, sob a supervisão da Diretoria do Grupo. Esta, por sua vez, é responsável por analisar relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital, fazer constar no relatório público sobre a estrutura de gerenciamento de capital sua responsabilidade pelas informações divulgadas, revisar e aprovar, no mínimo anualmente, as políticas e as estratégias, bem como o plano de capital a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico da Instituição e com as condições de mercado, compreender de forma abrangente e integrada os riscos que podem impactar o capital, aprovar a indicação do diretor responsável, a definição da estrutura organizacional e da política institucional, dos processos, dos procedimentos e dos sistemas necessários à efetiva implementação do gerenciamento de capital.

Por intermédio dessa estrutura, fica garantido o monitoramento e o controle efetivo do capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita e às metas, considerando os objetivos estratégicos para o Brasil.

Os relatórios e políticas de gerenciamento de riscos estão disponibilizados, em sua íntegra, no site <https://www.bnymellon.com/br/pt/institutional-information/index.jsp>

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2016

A Administração



KPMG Auditores Independentes  
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar  
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

À  
Diretoria e aos acionistas da  
BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Distribuidora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Distribuidora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

#### **Ênfase**

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 22.b às demonstrações financeiras, que descreve demandas judiciais nas quais a Distribuidora está envolvida, incluindo causa passiva de valor superior ao seu patrimônio líquido, a qual conta com carta fiança garantida pela Distribuidora e pela sua controladora final.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Claudio Costa  
Contador CRC 1SP167720/O-1

**BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2016 e 2015**

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>		<u>21.258</u>	<u>30.418</u>	<b>Circulante</b>		<u>29.909</u>	<u>27.357</u>
<b>Disponibilidades</b>	4	<u>1.692</u>	<u>365</u>	<b>Outras obrigações</b>		<u>29.909</u>	<u>27.357</u>
<b>Aplicação Interfinanceira de liquidez</b>	4	<u>1.200</u>	<u>3.050</u>	Sociais e estatutárias	13	6.100	5.557
<b>Outros créditos</b>		<u>18.366</u>	<u>27.003</u>	Fiscais e previdenciárias	13	5.269	5.173
Rendas a receber	6	12.663	20.834	Diversas	13	18.540	16.627
Diversos	7	6.556	7.136	<b>Passivo não circulante</b>		<u>14.372</u>	<u>16.038</u>
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6	(853)	(967)	Sociais e estatutárias	13	2.075	4.180
<b>Realizável a longo prazo</b>		<u>34.675</u>	<u>71.638</u>	Diversas	13	12.297	11.858
<b>Títulos e valores mobiliários</b>				<b>Resultado de exercícios futuros</b>		<u>576</u>	<u>415</u>
Carteira própria	5	<u>31.292</u>	<u>57.910</u>	<b>Patrimônio líquido</b>		<u>39.393</u>	<u>93.934</u>
<b>Outros créditos</b>				Capital	15	<u>55.185</u>	<u>55.185</u>
Diversos	7	<u>3.383</u>	<u>13.728</u>	De domiciliados no país		<u>55.185</u>	<u>55.185</u>
<b>Permanente</b>		<u>28.317</u>	<u>35.688</u>	Reservas de capital		5.907	3.713
<b>Investimentos</b>		<u>11.666</u>	<u>18.799</u>	Reservas de lucros	15	19.879	37.588
Participações em controladas no país	8	9.908	12.190	Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	5	(1)	(93)
Outros investimentos	9	1.908	6.759	Ajuste de avaliação atuarial		(52)	-
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	9	(150)	(150)	(Prejuízos) acumulados		(41.525)	(2.459)
<b>Imobilizado</b>	10	<u>12.830</u>	<u>13.544</u>				
Outras imobilizações de uso		35.640	32.105				
Depreciações acumuladas		(22.810)	(18.561)				
<b>Diferido</b>	11	<u>-</u>	<u>4</u>				
Gastos de organização e expansão		8.724	18.322				
Amortizações acumuladas diferido		(8.724)	(11.004)				
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável		-	(7.314)				
<b>Intangível</b>	12	<u>3.821</u>	<u>3.341</u>				
Ativos intangíveis		9.407	8.392				
Amortizações acumuladas - Intangível		(5.586)	(5.051)				
<b>Total</b>		<u><u>84.250</u></u>	<u><u>137.744</u></u>	<b>Total</b>		<u><u>84.250</u></u>	<u><u>137.744</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

## Demonstrações de resultados

Semestres em 30 de junho de 2016 e em 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	1º semestre de 2016	1º semestre de 2015
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<u>3.015</u>	<u>3.615</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	17	3.015	3.615
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<u>3.015</u>	<u>3.615</u>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<u>(28.013)</u>	<u>(2.207)</u>
Receitas de prestação de serviços	18	58.955	73.472
Despesas de pessoal	19	(43.610)	(43.330)
Outras despesas administrativas	20	(28.884)	(27.920)
Despesas tributárias		(5.104)	(5.906)
Resultado de participação em controladas	8	(1.794)	1.362
Outras receitas / (despesas) operacionais	21	(7.576)	115
<b>Resultado operacional</b>		<u>(24.998)</u>	<u>1.408</u>
<b>Resultado não operacional</b>		<u>(322)</u>	<u>(34)</u>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<u>(25.320)</u>	<u>1.374</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<u>(16.205)</u>	<u>(1.470)</u>
Provisão para imposto de renda	14	-	(350)
Provisão para contribuição social	14	-	-
Ativo fiscal diferido	14	(16.205)	(1.120)
<b>Participações de administradores e empregados no lucro</b>	24	<u>-</u>	<u>(2.363)</u>
<b>Prejuízo do semestre</b>		<u>(41.525)</u>	<u>(2.459)</u>
<b>Quantidade de ações</b>	15	<u>15.785.730</u>	<u>15.785.730</u>
<b>Prejuízo por ação</b>		<u>(2,63)</u>	<u>(0,16)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Reserva de capital		Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital	Outras	Legal	Especial			
<b>Saldos em 1º de Janeiro de 2015</b>	55.185	1.905	3.975	33.613	(171)	-	94.507
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	78	-	78
Transações de pagamento baseado em ações	-	1.808	-	-	-	-	1.808
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	(2.459)	(2.459)
<b>Saldos em 30 de Junho de 2015</b>	<u>55.185</u>	<u>3.713</u>	<u>3.975</u>	<u>33.613</u>	<u>(93)</u>	<u>(2.459)</u>	<u>93.934</u>
<b>Mutações do semestre</b>	<u>-</u>	<u>1.808</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>78</u>	<u>(2.459)</u>	<u>(573)</u>
<b>Saldos em 1º de Janeiro de 2016</b>	55.185	4.361	3.975	15.903	1	-	79.425
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	(52)	-	(52)
Transações de pagamento baseado em ações	-	1.546	-	-	-	-	1.546
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	(41.525)	(41.525)
<b>Saldos em 30 de Junho de 2016</b>	<u>55.185</u>	<u>5.907</u>	<u>3.975</u>	<u>15.903</u>	<u>(52)</u>	<u>(41.525)</u>	<u>39.393</u>
<b>Mutações do semestre</b>	<u>-</u>	<u>1.546</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(53)</u>	<u>(41.525)</u>	<u>(40.031)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	1º semestre de 2016	1º semestre de 2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>		
Prejuízo líquido do semestre antes do imposto de renda e contribuição social	(25.320)	(989)
Ajustes ao prejuízo líquido:	5.351	3.271
(Reversão) / Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(363)	23
Depreciações e amortizações	2.471	2.690
Resultado de participação em controlada	1.794	(1.362)
Pagamento baseado em ações	1.546	1.808
Perda na alienação de ativo	(44)	34
Ajuste de avaliação atuarial	(52)	-
Ajuste a valor de mercado TVM	(1)	78
Prejuízo/Lucro líquido ajustado:	(19.969)	2.283
<b>Variação de ativos e passivos</b>		
Redução em aplicação interfinanceira de liquidez		
Redução em títulos e valores mobiliários	25.204	1.370
Aumento/(Redução) em resultados de exercícios futuros	226	(379)
Redução em outros créditos - rendas a receber	3.418	21
(Aumento)/Redução em outros créditos - diversos	** (705)	973
Redução em outras obrigações	(4.539)	(2.170)
<b>Imposto de renda e contribuição social pagos</b>	(391)	(3.287)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	3.244	(1.189)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos:</b>		
Aquisição de outros investimentos	(280)	(443)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.619)	(1.563)
Alienação de imobilizado de uso	80	-
Aumento de intangível	(746)	(787)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	(2.565)	(2.793)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	-	-
<b>Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	679	(3.982)
Saldo no início do semestre	2.213	7.397
Saldo no fim do semestre	2.892	3.415
<b>Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	679	(3.982)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora” ou “BNY Mellon DTVM”), subsidiária integral direta da BNY Mellon Participações Ltda., iniciou suas atividades em 1997 e assim como sua controlada, BNY Mellon Administração de Ativos Ltda., presta serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, respectivamente, constituídos no Brasil e no exterior, fazendo jus a percentuais, definidos contratualmente, das taxas de administração e performance devidas pelos respectivos fundos e clubes de investimento. A BNY Mellon Participações Ltda. detém aproximadamente 99,99% das ações da Distribuidora, sendo que sua controladora final é o The Bank of New York Mellon Corporation (“BNY Mellon Corporation”), com sede em Nova Iorque.

A Distribuidora está localizada na Avenida Presidente Wilson, 231 - 11º andar, Rio de Janeiro, Brasil.

### **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Distribuidora são de responsabilidade da sua Administração, e foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e normas e instruções do BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2016 e 2015, a Distribuidora levou em consideração a aplicação das alterações na Legislação Societária e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.941/09, assim como as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que foram regulamentadas pelo BACEN até o momento. São elas: (a) tratamento contábil do saldo das reservas de capital e da destinação dos lucros acumulados; (b) tratamento contábil do ativo imobilizado e diferido; (c) reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos; (d) apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa em vez das demonstrações das origens e aplicações de recursos; (e) divulgação sobre partes relacionadas; (f) reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; (g) reconhecimento e divulgação nas demonstrações contábeis das transações com pagamento baseado em ações; (h) tratamento de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; (i) contabilização e divulgação sobre eventos subsequentes; (j) estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro; e (k) benefícios a empregados. Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC serão aprovados pelo BACEN.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela diretoria da Distribuidora em 29 de agosto de 2016.

### **3 Base de preparação e principais práticas contábeis**

#### **a. Apuração de resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

#### **b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional da Distribuidora e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **c. Estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Distribuidora revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente na data da apresentação das demonstrações financeiras.

#### **d. Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Distribuidora pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras, na data de apresentação, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

#### **e. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Os rendimentos auferidos nessa operação estão reconhecidos e apresentados no resultado na rubrica “Receitas da Intermediação Financeira - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” e “Despesas da Intermediação Financeira - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, quando aplicável. Essas operações são consideradas equivalentes de caixa, cujos vencimentos considerando a data da efetiva aplicação são inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo utilizados pela administração para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### **f. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados, com base nos critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, na categoria de títulos disponíveis para venda, e ajustados pelo valor de mercado, sendo estes ajustes contabilizados em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

#### **g. Demais ativos circulantes**

Os demais ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia), deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisões para perdas, quando aplicável.

**h. Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa vem sendo constituída por valor considerado suficiente pela Administração para fazer face e eventuais perdas, sobre os valores vencidos há mais de 180 dias, respeitando os percentuais de probabilidade de perda definidos pela política global do BNY Mellon Corporation para essa estimativa, que variam entre 20% (para valores vencidos entre 181 e 365 dias), 40% (para valores vencidos de 366 até 730 dias) e 100% (para valores vencidos há mais de 730 dias), podendo ser complementada se necessário.

**i. Permanente**

***Investimentos***

A participação em empresa controlada é representada, em 30 de junho de 2016 e 2015, por 99,99% do capital da BNY Mellon Administração de Ativos Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Os outros investimentos, representados pelo Projeto Galgo e títulos patrimoniais estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

***Imobilizado***

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear à taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens, e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. Atualmente, a taxa de depreciação aplicada para instalações, móveis e equipamentos de uso é de 10% ao ano, e para sistemas de comunicação, sistemas de processamento de dados e de transporte é de 20% ao ano.

***Diferido***

O diferido era composto por gastos com desenvolvimento de sistemas e por gastos com benfeitorias em imóveis alugados, registrados ao custo e amortizados no prazo de cinco anos, ou pelo prazo de vigência do contrato de locação, dos dois o menor.

De acordo com a Resolução do CMN nº 3.617/08, a conta do ativo diferido foi descontinuada, facultando a permanência dos saldos existentes em 30 de setembro de 2008 até a sua efetiva baixa.

***Intangível***

O intangível é composto por *software* adquiridos de terceiros e desenvolvido internamente, sendo mensurado pelo custo de aquisição, deduzido de amortização acumulada e, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

**j. Redução do valor recuperável de ativos**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.566, de 29 de maio de 2008, se, com base na análise da Administração, o valor contábil dos ativos da Distribuidora e sua controlada exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por *impairment* no resultado.

**k. Passivos circulantes**

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores das obrigações conhecidas ou calculáveis na data do balanço, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

**l. Benefícios a empregados**

***Planos de contribuição definida***

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou que a redução em futuros pagamentos esteja disponível, quando aplicável. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

***Planos de benefício definido***

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Distribuidora quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Distribuidora e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado pelo método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Distribuidora, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Distribuidora. Um benefício econômico está disponível à Distribuidora se ele for realizável durante a vida do plano ou na liquidação dos passivos do plano. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Distribuidora reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definidos no resultado, quando aplicável.

***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Distribuidora tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**m. Transações de pagamento baseado em ações**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 R1 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.989, de 30 de junho de 2012, o valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido na data de outorga como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que todas as condições requeridas no plano de remuneração dos diretores da Distribuidora serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e às condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais, quando aplicável.

**n. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Distribuidora tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**o. Resultado de exercícios futuros**

Refere-se às receitas recebidas antecipadamente de prestação de serviços de agente de cálculo, fiduciário, garantias, informação, pagamento e contas, registro e custódia dos clientes do “Corporate Trust”.

**p. Capital social**

O capital social da Distribuidora é composto por ações ordinárias, que são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios da Distribuidora, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo no final do exercício.

**q. Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda e o imposto de renda diferido foram calculados à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável semestral excedente a R\$ 120. A provisão para contribuição social e a contribuição social diferida foram calculadas à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda até agosto de 2015, e à alíquota de 20% a partir da competência de setembro de 2015, conforme alterações trazidas pela Lei 13.169 de 06 de outubro de 2015.

**r. Lucro por ação**

O lucro por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a composição de caixa e equivalente de caixa estão assim classificadas:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>No início do período</b>	<u>2.213</u>	<u>7.397</u>
Disponibilidades	213	395
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	2.000	7.002
<b>No final do período</b>	<u>2.892</u>	<u>3.415</u>
Disponibilidades	1.692	365
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	1.200	3.050

(\*) As aplicações interfinanceiras de liquidez (aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros e em moeda estrangeira), caracterizam por operações com vencimento em até 90 dias, configurando equivalente de caixa.

**5 Títulos e valores mobiliários**

Em 30 de junho de 2016 e 2015, os títulos e valores mobiliários registrados na categoria de “Disponíveis para a venda” e suas respectivas faixas de vencimentos estão assim classificados:

Títulos disponíveis para venda	Vencimentos	2016			2015		
		Valor de mercado	Custo corrigido	Perdas não realizadas	Valor de mercado	Custo corrigido	Ganhos não realizados
Títulos de renda fixa		<u>31.292</u>	<u>31.293</u>	<u>(1)</u>	<u>57.910</u>	<u>58.065</u>	<u>(155)</u>
Letras Financeiras do Tesouro (a)	Após 1 ano	31.292	31.293	(1)	57.910	58.065	(155)
Total		<u>31.292</u>	<u>31.293</u>	<u>(1)</u>	<u>57.910</u>	<u>58.065</u>	<u>(155)</u>
Efeito tributário				<u>-</u>			<u>62</u>
Efeito líquido no patrimônio líquido				<u>(1)</u>			<u>(93)</u>

(a) Refere-se a títulos públicos federais emitidos pelo Tesouro Nacional, que possuem taxas de juros pós-fixadas indexadas pela SELIC.



## 6 Rendas a receber

	2016	2015
Taxa de administração - carteiras administradas/fundos de investimento	9.707	13.305
Taxa de administração - fundos <i>offshore</i>	2.562	2.848
Dividendos a receber (Nota 25)	-	4.657
Outras receitas de prestação de serviços	394	24
<b>Total de rendas a receber</b>	<b>12.663</b>	<b>20.834</b>
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (a)	(853)	(966)

- (a) A Distribuidora possui provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, que foi constituída sobre os valores vencidos há mais de 180 dias, respeitando os percentuais de probabilidade de perda definidos pela política contábil do BNY Mellon Corporation, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3h.

Essa provisão, nos respectivos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, leva em consideração a melhor estimativa de recuperabilidade desses valores, realizada pela Administração.

## 7 Outros créditos - Diversos

	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.365	1.036
Crédito tributário (Nota 14)	43	10.345
Adiantamentos a funcionários	1.681	1.447
Adiantamentos a fornecedores	44	1
Despesas antecipadas (a)	871	1.190
Depósitos judiciais - COFINS exigibilidade suspensa (Nota 22)	2.142	2.142
Depósitos judiciais - Outros	1.199	1.242
Devedores diversos (b)	1.467	3.424
Valores a receber - empresas do grupo no exterior	24	14
Valores a receber - empresas do grupo no país (c)	1.082	-
Outros	21	24
<b>Total</b>	<b>9.939</b>	<b>20.865</b>
Ativo circulante	6.556	7.136
Ativo realizável a longo prazo	3.383	13.729

- (a) O saldo a apropriar em 2016 refere-se a: (i) manutenção de equipamentos cujo montante de despesa a apropriar é de R\$ 385 com vigência até maio de 2018; (ii) carta de fiança do Bradesco no valor de R\$ 212 com vigência até setembro de 2016; e (iii) seguro executivo no valor de R\$ 205 vigente até fevereiro de 2017. O saldo de 2015 refere-se, substancialmente, à licença de *software* com a Microsoft no valor total de R\$ 1.654 vigente por 24 meses, sendo apropriado mensalmente o montante de R\$ 69. Esse contrato tem vigência até julho de 2016.
- (b) Valor a receber de fundos administrados pela Distribuidora, referentes a despesas em que a Distribuidora realizou pagamentos em nome dos fundos e, conseqüentemente, reconheceu um contas a receber para fins de ressarcimento dessas despesas.
- (c) Valores a receber de empresas do grupo BNY Mellon no Brasil, referentes ao rateio de despesas do grupo, que são reconhecidas no resultado da Distribuidora e pagas mensalmente, conforme descrito na nota explicativa nº 25.

## 8 Participação em controlada

	<b>BNY Mellon Administração de Ativos Ltda.</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Capital social	6.131	6.131
Quantidade de cotas	9.999	9.999
Percentual de participação	99,99	99,99
Patrimônio líquido	11.703	10.829
(Prejuízo) / Lucro líquido do semestre	(1.794)	1.363
Investimento - Participação na controlada	9.908	12.190
Resultado de equivalência patrimonial	(1.794)	1.362

A controlada BNY Mellon Administração de Ativos Ltda. faz a gestão da carteira de alguns fundos de investimento administrados pela Distribuidora e recebe parte da taxa de administração e a taxa de performance desses fundos.

## 9 Outros investimentos

A composição de outros investimentos em 30 de junho de 2016 e 2015 está assim apresentada:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Títulos patrimoniais:		
Gávea Golf and Country Club	150	150
(-) Perdas estimadas por redução ao valor recuperável	(150)	(150)
Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima	6	6
Projeto do Sistema Galgo (a)	1.752	6.603
Total	1.758	6.609

- (a) O investimento no projeto Galgo é um condomínio onde 14 instituições do mercado financeiro e de capitais participam com a finalidade de desenvolver um sistema que integre as instituições financeiras, padronizando e centralizando a transferência de informação entre as prestadoras de serviço de administração de recursos, controladoria, custódia, distribuição e negociação de ativos, de maneira ágil e confiável.

Em dezembro de 2015 foi deliberada a constituição de uma empresa, denominada Galgo S.A., para receber e operacionalizar tal sistema, sendo definido um valor de integralização das ações definido pelo laudo de avaliação do sistema Galgo.

Em Assembleia Geral de Constituição realizada em 1º de julho de 2016 foi deliberada a constituição da sociedade Galgo Sistemas de Informações S.A., e aprovada integralização e subscrição do capital social em moeda corrente nacional, no montante de R\$280 para cada condômino, o qual foi integralizado pela Distribuidora em 24 de junho de 2016.

Em ato contínuo foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento de capital social da sociedade, o qual foi subscrito e integralizado na mesma data, pelo valor apurado no laudo de avaliação do sistema Galgo, no montante de R\$22.083, cuja participação da Distribuidora equivale a R\$1.472 (6,6667%).

## 10 Imobilizado de uso

A composição do imobilizado de uso, líquido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável, em 30 de junho de 2016 e 2015, está assim apresentada:

	<b>Taxa anual</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Instalações	10%	3.162	4.214
Móveis e equipamentos	10%	2.887	3.646
Sistema de comunicação	20%	661	516
Sistema de processamento de dados	20%	5.250	3.458
Veículos	20%	574	452
Imobilizações em curso		<u>296</u>	<u>1.258</u>
Total		<u>12.830</u>	<u>13.544</u>

Os valores contábeis dos ativos imobilizados da Distribuidora foram avaliados pela Administração para fins de apresentação das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2016 e 2015 e não houve indicação de redução ao valor recuperável (*impairment*).

## 11 Ativo diferido

A composição do ativo diferido, líquido das amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, em 30 de junho de 2016 e 2015, está assim apresentada:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Lista de clientes (a)	<u>-</u>	<u>4</u>
Total	<u>-</u>	<u>4</u>

- (a) Refere-se à aquisição, em 16 de agosto de 2007, das atividades de “Corporate Trust” no Brasil do Banco JP Morgan S.A. pelo valor de US\$ 6.730 mil, correspondente a R\$ 13.416, registrado ao custo e amortizado de acordo com o prazo de vigência de cada contrato.

As atividades de Corporate Trust no Brasil apresentaram indicadores de perdas no seu valor recuperável, em função de avaliações do fluxo de caixa descontado das receitas dos clientes ativos de “Corporate Trust”, realizada anualmente, a partir de maio 2011. A Distribuidora adotou como base a projeção das receitas para os exercícios seguintes, até 2019, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, sendo 2019 o término dos últimos contratos, que afetam diretamente o caixa da Distribuidora.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o saldo da lista de clientes foi totalmente amortizado e, de acordo com a nova avaliação dos indicadores de perda para redução ao valor recuperável, não houve indicador de reversão das provisões para perda anteriormente reconhecidas. Com base nessa análise a Distribuidora realizou a baixa definitiva da lista de clientes.

## 12 Ativo intangível

A composição do ativo intangível, líquido das amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável, em 30 de junho de 2016 e 2015, está assim apresentada:

	<b>Taxa anual</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<i>Software</i>	20%	805	1.009
<i>Software em andamento</i>		<u>3.016</u>	<u>2.332</u>
Total		<u><u>3.821</u></u>	<u><u>3.341</u></u>

Os valores contábeis dos ativos intangíveis da Distribuidora foram avaliados pela Administração para fins de apresentação das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2016 e 2015, e não houve indicação de redução ao valor recuperável (*impairment*).

## 13 Outras obrigações

O saldo de outras obrigações, apresentados no balanço em 30 de junho de 2016 e 2015, é composto pelas seguintes rubricas de contas:

### a. Sociais e estatutárias

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Provisão para participação nos lucros e gratificações a pagar	4.490	5.453
Gratificação Diretoria	3.685	4.256
Dividendos a pagar (Nota 15)	-	28
Total	<u><u>8.175</u></u>	<u><u>9.737</u></u>
Passivo circulante	6.100	5.557
Passivo não circulante	2.075	4.180

### b. Fiscais e previdenciárias

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Imposto de renda e contribuição social	-	317
Imposto de renda retido na fonte - funcionários	503	454
INSS e FGTS a recolher	3.992	3.485
ISS, PIS e COFINS a recolher	747	896
Outros impostos e contribuições a recolher	<u>27</u>	<u>21</u>
Total	<u><u>5.269</u></u>	<u><u>5.173</u></u>

**c. Diversas**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Salários e encargos a pagar	9.594	8.389
Contas a pagar (c1)	3.425	3.271
Fundos encerrados e transferidos (c2)	1.934	1.967
Contas a pagar - empresas do grupo no exterior (c3)	116	244
Fundos ativos (c4)	524	1.251
Provisão para contingências (Nota 22)	12.297	11.858
Provisões auditoria e publicação	147	160
Provisão multa CVM (c5)	1.177	780
Credores diversos - Tesouraria (c6)	1.554	80
Outras obrigações	69	485
<b>Total</b>	<b>30.837</b>	<b>28.485</b>
Passivo circulante	18.540	16.627
Passivo não circulante	12.297	11.858

- (c1) Referem-se às despesas operacionais da Distribuidora com diversos fornecedores de serviços.
- (c2) Referem-se a valores recebidos dos fundos encerrados e transferidos para que a Distribuidora possa realizar pagamentos remanescentes referentes às despesas dos fundos (auditoria externa, jurídico, CETIP, entre outras despesas).
- (c3) Referem-se a valores a pagar para empresas do grupo BNY Mellon referente ao rateio de despesas do grupo que precisam ser reconhecidas no resultado da Distribuidora e pagas periodicamente. Para fins fiscais, são consideradas despesas indedutíveis.
- (c4) Referem-se a valores recebidos, de forma antecipada, dos fundos administrados pela Distribuidora, para liquidação futura de algumas despesas dos fundos, como auditoria externa, jurídico, cartório, entre outras despesas, cujas faturas ainda não foram emitidas pelos respectivos prestadores de serviço.
- (c5) Referem-se a multas aplicadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM pelo atraso no envio de informações periódicas à CVM dos fundos de investimento administrados pela Distribuidora.
- (c6) Referem-se a valores devidos aos credores de um cliente de Corporate Trust que está em fase de recuperação judicial, o qual a Distribuidora presta serviço de agente de garantias.

## 14 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre os valores apurados conforme alíquotas fiscais e os valores registrados no resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 pode ser resumida da seguinte forma:

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro/(Prejuízo) antes da tributação sobre o lucro e participações	(25.320)	(25.320)	1.374	1.374
Participações de administradores e empregados no lucro	-	-	(2.363)	(2.363)
Prejuízo contábil antes da tributação	(25.320)	(25.320)	(989)	(989)
Ajuste do Regime Tributário de Transição - RTT Amortização e <i>impairment</i> do diferido	-	-	-	-
Prejuízo após ajuste do RTT	(25.320)	(25.320)	(989)	(989)
Adições permanentes (a)	12.601	9.045	11.44	4.443
Adições temporárias	2.199	2.199	2.147	2.147
Adições/(Exclusões) temporárias - Participação nos lucros e gratificações	(4.721)	(7.356)	1.899	772
Exclusões temporárias - Outros	(2.449)	(2.449)	(6.422)	(6.422)
Exclusões permanentes - Outros	(3.075)	(132)	(5.333)	-
Exclusões/Adições permanentes - Equivalência patrimonial	1.794	1.794	(1.362)	(1.362)
Base de cálculo de imposto de renda e contribuição social	(18.971)	(22.219)	1.381	(1.411)
Alíquota fiscal (conforme Nota 3p)	25%	20%	25%	15%
Imposto de renda e contribuição social apurados	-	-	333	-
Ajuste do IRPJ e CSLL do exercício anterior	-	-	34	-
Dedução por incentivo fiscal	-	-	(17)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do semestre	-	-	350	-

- (a) Saldos compostos substancialmente por participações nos lucros e gratificações a diretores, adicionadas à base de cálculo do imposto de renda.

Em 30 de junho de 2015, a Distribuidora tinha saldo nas diferenças temporárias de aproximadamente R\$ 24.475 para imposto de renda e de R\$ 28.172 para contribuição social, sobre as quais foram constituídos créditos tributários no montante de R\$ 6.119 e R\$ 4.226, apresentados na conta “Outros Créditos - Diversos”.

**a. Créditos tributários**

Em 30 de junho de 2016, a Distribuidora realizou a baixa do crédito tributário no valor de R\$ 13.214, sendo para imposto de renda o valor de R\$ 6.976 e para contribuição social R\$ 6.238, conforme estudo do crédito tributário, aprovado em reunião da diretoria, realizada em 5 de julho de 2016, que verificou a não recuperabilidade dos créditos, conforme estabelecido na Resolução 3.559/2002, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Adicionalmente, no semestre, não foram registrados os créditos sobre as bases negativas de imposto de renda e contribuição social. O total de créditos tributários não ativados, referentes as bases de cálculo negativa de imposto de renda e contribuição social monta a R\$ 1.477 e 1.768, respectivamente. A movimentação dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, bem como da provisão para impostos diferidos sobre diferenças temporárias, pode ser assim demonstrada:

	<b>2016</b>				
	<b>Saldo em 31.12.2015</b>	<b>Constituição</b>	<b>Realização</b>	<b>Baixa</b>	<b>Saldo em 30.06.2016</b>
Prejuízos fiscais	1.477	-	-	(1.477)	-
Base negativa da contribuição social	1.768	-	-	(1.768)	-
Diferenças temporárias	12.960	1.969	(4.960)	(9.969)	-
Total crédito tributário	16.205	1.969	(4.960)	(13.214)	-
Provisão para impostos diferidos (a)	1	43	(1)	(1)	43
	<b>2015</b>				
	<b>Saldo em 31.12.2014</b>	<b>Constituição</b>	<b>Realização</b>	<b>Saldo em 30.06.2015</b>	
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	
Base negativa da contribuição social	-	-	-	-	
Diferenças temporárias	11.402	2.016	(3.136)	10.282	
Total crédito tributário	11.402	2.016	(3.136)	10.282	
Provisão para impostos diferidos (a)	114	62	(114)	62	

- (a) Refere-se à provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos não realizados em títulos e valores mobiliários e de ajuste avaliação atuarial.

## **15 Patrimônio líquido**

**a. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado está representado por 15.785.730 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Em 30 de junho de 2016 e 2015, a BNY Mellon Participações Ltda. detinha aproximadamente 99,99% ou 15.785.729 das ações da Distribuidora.

**b. Reserva de capital**

A reserva de capital foi constituída com os valores referentes ao plano de pagamento baseado em ações, reconhecido a partir de dezembro de 2012 pela Distribuidora, que faz parte do programa de remuneração global de executivos e profissionais do BNY Mellon Corporation. A BNY Mellon Corporation possui planos de incentivo de longo prazo que preveem a emissão de ações restritas, opção de ações e outras premiações com base em ações, que incluem executivos da Distribuidora no Brasil. Vide Nota Explicativa nº 16.

**c. Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

**d. Reserva de lucros**

É constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após as destinações estabelecidas, de acordo com o estatuto da Distribuidora.

**e. Ajuste de avaliação patrimonial**

A reserva para ajuste de avaliação patrimonial representa as variações líquidas acumuladas do valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda até que os investimentos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável (*impairment*) e as variações acumuladas do ajuste de avaliação atuarial.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício quando da alienação dos ativos a que elas se referem.

**f. Dividendos**

De acordo com o estatuto social, os acionistas fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido do exercício, apurado nos termos da lei. As distribuições são aprovadas em reuniões dos acionistas, quando convocadas para este fim.

## **16 Transação de pagamento baseado em ações**

Como parte do programa de remuneração global de executivos e profissionais, o BNY Mellon Corporation possui planos de incentivo de longo prazo que preveem a emissão de ações restritas, opção de ações e outras premiações com base em ações, que incluem executivos e alguns funcionários da Distribuidora no Brasil.

Conforme a Resolução nº 3.989/11 do BACEN, que determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, a Distribuidora reconheceu no resultado no semestre findo em 30 de junho de 2016 o montante de R\$ 1.546 (R\$ 1.808 em 30 de junho de 2015), no grupo de “Despesas de pessoal”. Vide Nota Explicativa nº 19.

As ações restritas são emitidas a valor justo na data de atribuição a executivos da Distribuidora e, geralmente, são exercíveis entre três e cinco anos a partir da data de sua emissão. Para o cálculo do valor justo de mercado, foi utilizado o método binomial *lattice-based*. As ações não possuem direito a voto, e só podem ser vendidas, por opção do empregado, à BNY Mellon Corporation a um preço baseado geralmente no valor justo no momento da recompra.



Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016, foram concedidas 32.495 ações restritas do BNY Mellon Corporation ao preço unitário de exercício de US\$ 34,93 e US\$ 36,93. Em 30 de junho de 2016, o preço unitário de fechamento das ações do BNY Mellon Corporation na NYSE - New York Stock Exchange é de US\$ 38,85.

## **17 Receitas e despesas da intermediação financeira**

Referem-se aos rendimentos auferidos, com base na taxa de remuneração, das aplicações em títulos e valores mobiliários e das operações compromissadas, reconhecidos no resultado na rubrica de “Receitas da Intermediação Financeira - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”.

Os rendimentos auferidos nas aplicações em títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2016 montam a R\$ 3.015 (R\$ 3.615 em 30 de junho de 2015).

## **18 Receitas de prestação de serviços**

A Distribuidora é administradora de fundos e carteiras de investimento cujos contratos de prestação de serviços foram firmados com os respectivos gestores. A Distribuidora também presta serviços de administração de carteiras de investimentos de companhias abertas, serviços de controladoria para fundos internacionais e outros. A receita auferida com a prestação desses serviços é calculada sobre percentual definido em contrato, da taxa de administração prevista em todo e qualquer regulamento de fundo de investimento, clube de investimento e/ou carteira de investimento.

O total de recursos administrados em 30 de junho 2016 monta a R\$ 157.831.826 (R\$ 197.255.987 em 30 de junho de 2015). Este montante refere-se ao somatório dos patrimônios líquidos dos fundos e carteiras administradas, sem a eliminação dos seus investimentos em outros fundos ou carteiras administradas.

A composição das receitas com prestação de serviços nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 pode ser resumida da seguinte forma:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Taxa de administração de fundos de investimento	44.789	54.223
Controladoria de fundos internacionais	6.014	6.537
Taxa de administração de carteiras	1.797	2.406
Taxa de administração de companhias abertas	-	1.219
Agenciamento e intermediação de títulos - Corporate Trust	1.315	829
Receita de repasse a distribuidores -Rebate	409	3.525
Serviços de representação legal	1.943	1.990
Agenciamento e intermediação de títulos	2.246	2.216
Outros serviços	442	527
	<hr/>	<hr/>
Total	58.955	73.472

## 19 Despesas de pessoal

	2016	2015
Proventos	(24.209)	(19.152)
Gratificação funcionários	(4.701)	(5.454)
Gratificação diretoria	(604)	(1.651)
Benefícios a empregados	(5.498)	(4.643)
Encargos sociais	(10.922)	(9.507)
Despesa relacionada a plano de benefício definido (Nota 23)	(69)	(169)
Despesa relacionada a plano de contribuição definida (Nota 23)	(701)	(766)
Transações de pagamento baseado em ações (Nota 16)	(1.546)	(1.808)
Outras despesas	(349)	(180)
Contrato de rateio de custos e despesas de pessoal (Nota 25)	4.989	-
	<u>(43.610)</u>	<u>(43.330)</u>
Total		

## 20 Outras despesas administrativas

	2016	2015
Processamento de dados	(6.320)	(5.235)
Depreciação e amortização	(2.471)	(2.690)
Serviços de terceiros	(3.770)	(3.249)
Despesa de repasse a distribuidores - Rebate	(397)	(3.223)
Aluguéis	(4.264)	(4.409)
Serviços técnicos especializados	(3.224)	(2.455)
Comunicações	(395)	(625)
Transporte	(440)	(443)
Propaganda e publicações	(257)	(111)
Viagens no país/exterior	(932)	(688)
Manutenção e conservação de bens	(803)	(695)
Serviços financeiros	(1.319)	(1.127)
Provisão para contingências e ou processos	(3.025)	(406)
Provisão Multa CVM	(200)	-
Água, energia e gás	(866)	(692)
Material	(111)	(112)
Contribuições filantrópicas	(26)	(147)
Promoções e relações públicas	(40)	(124)
Outras despesas	(1.151)	(1.474)
Contrato de rateio de custos e despesas de outras despesas administrativas (Nota 25)	1.127	-
	<u>(28.884)</u>	<u>(27.920)</u>
Total		

## 21 Outras receitas/(despesas) operacionais

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Despesas corporativas internacionais (a)	(2.509)	(1.453)
Despesas gerais com fundos (b)	(824)	(432)
Resultado líquido de variação cambial	(333)	406
Reversão/(Provisão) para outros créditos de liquidação	363	(23)
Perda no recebimento de crédito (c)	(4.578)	(334)
Reversão de contingências e processos	-	1.539
Outras despesas operacionais	(68)	(394)
Outras receitas operacionais	373	806
<b>Total</b>	<b>(7.576)</b>	<b>115</b>

- (a) Referem-se a despesas a pagar para empresas do Grupo BNY Mellon, referente ao rateio de despesas do grupo, que precisam ser reconhecidas no resultado da Distribuidora e pagas periodicamente. Para fins fiscais, são consideradas despesas indedutíveis.
- (b) Referem-se a custos gerados pelos fundos de investimento administrados pela Distribuidora.
- (c) Referem-se a perda no recebimento de taxa de administração e despesas administrativas de fundos, que na avaliação da Distribuidora existe baixa expectativa de realização em função da iliquidez dos ativos integrantes nas carteiras desses fundos.

## 22 Contingências

### a. Provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis - Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.823/2009, a Distribuidora constitui provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda provável.

***Movimentação das provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis,  
classificadas como prováveis***

	2016	2015
<b>Demandas trabalhistas</b>		
<b>Saldo inicial</b>	122	151
Constituição	527	55
Reversão da provisão	(40)	(56)
<b>Saldo final</b>	609	150
<b>Demandas fiscais</b>		
<b>Saldo inicial</b>	3.771	3.638
Atualização	71	62
<b>Saldo final (1)</b>	3.842	3.700
<b>Demandas cíveis</b>		
<b>Saldo inicial</b>	7.856	9.202
Constituição	350	167
Reversão da provisão	-	(1.482)
Atualização	40	121
Baixa por pagamento	(400)	-
<b>Saldo final (2)</b>	7.846	8.008
<b>Total das demandas trabalhistas, fiscais e cíveis</b>	12.297	11.858

- (1) A Distribuidora vem discutindo judicialmente a inconstitucionalidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), que pleiteia calcular e recolher a COFINS sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta no artigo 2º da Lei Complementar (LC) nº 70/1991, afastando-se, assim, a ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998. Baseado na opinião dos assessores jurídicos, o valor está totalmente provisionado e em 30 de junho de 2016 monta a R\$ 2.104 (R\$ 2.104 em 30 de junho de 2015), registrado na conta de provisão para contingências. Por decisão judicial, a partir de janeiro de 2010, foram realizados depósitos judiciais correspondentes a esse processo e o saldo em 30 de junho de 2016 totaliza R\$ 2.141 (R\$ 2.141 em 30 de junho de 2015), conforme Nota Explicativa nº 7. Devido à mudança da base de cálculo trazida pela Lei nº 12.973, a partir do fato gerador de janeiro de 2016, a Distribuidora deixou de realizar o depósito judicial referente à ação judicial da COFINS, e com isso o recolhimento passou a ser feito por meio do DARF, correspondendo a 100% do valor apurado da COFINS.

Há dois processos administrativos instaurados pela Receita Federal em face da Distribuidora, por meio dos quais se exige o recolhimento de contribuição previdenciária (parcela patronal), SAT e contribuições destinadas a terceiros, que supostamente incidiriam sobre pagamentos efetuados aos empregados a título de participação nos lucros e resultados (PLR), referentes ao período-base de setembro e outubro de 2008 e janeiro, março, setembro e outubro de 2009 no montante total de R\$ 6.930 em 30 de junho de 2016 (R\$ 6.392 em 30 de junho de 2015), cuja expectativa de perda é considerada parte como possível e parte provável. Foi constituído, com base na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram provável as chances de perda de parte do valor, provisão no montante de R\$ 1.738 (R\$ 1.596 em 30 de junho de 2015).

- (2) O saldo é composto em sua maioria por duas ações de reparação de danos em face da Distribuidora, na qual os autores pretendem indenização pelas perdas sofridas em decorrência de suposta conduta irregular praticada pelos réus. Foi proferida sentença em ambas as ações, a qual acolheu em parte os pedidos autorais para determinar a condenação solidária da gestora e da administradora ao pagamento da quantia de, aproximadamente, R\$ 6.638 e R\$ 233, respectivamente, sob o fundamento de que as infrações ao regulamento do fundo, causaram prejuízos indenizáveis aos mesmos. Foi interposto recurso de apelação ainda pendente de julgamento.

**b. Contingências trabalhistas, fiscais e cíveis - Possíveis**

As contingências classificadas com risco possível são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os montantes relacionados no quadro abaixo representam a estimativa de valores classificados como chance de perda possível pelos assessores jurídicos da Distribuidora.

<b>Contingências passivas</b>	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Trabalhista (1)	40	158
Fiscais (2)	9.668	8.729
Cíveis (3)	<u>472.509</u>	<u>388.205</u>
<b>Total</b>	<u><u>482.217</u></u>	<u><u>397.092</u></u>

- (1) Existem ainda contingências passivas de natureza trabalhista avaliadas como risco possível, cujos montantes estimados de perda não puderam ser estimados com confiabilidade pela Administração em função do andamento dos processos, que encontram-se em fase inicial.
- (2) Trata-se de Auto de Infração decorrente de autuação de contribuições previdenciárias, multa de ofício qualificada (150%) e juros de mora, em face de LPS Brasília - Consultoria de Imóveis S/A. A Distribuidora figura como sujeito passivo neste caso, em função do exercício da administração do Opportunity Fundo de Investimento Imobiliário ("Fundo"), o qual contratou os serviços da LPS Brasília - Consultoria de Imóveis S/A para venda de empreendimento de sua propriedade. O período da autuação refere-se a 01/2010 a 12/2011 e a Distribuidora assumiu a administração do referido Fundo a partir de 17/12/2012. O valor envolvido no processo classificado como possível de perda em 30 de junho de 2016 é de R\$ 4.100.
- (3) Em 8 de agosto de 2014, o Instituto de Seguridade dos Correios (o "Autor") ajuizou ação ordinária contra a BNY Mellon DTVM e Fabrizio Dulcetti Neves ("Sr. Fabrizio", em conjunto com a BNY Mellon DTVM denominados "Réus"), sócio controlador da Atlântica Administradora de Recursos Ltda. ("Atlântica"), em razão de supostos prejuízos, lucros cessantes e/ou danos emergentes decorrentes da alegada má administração e/ou gestão, pelos Réus, do Brasil Sovereign II Fundo de Investimento em Dívida Externa ("Brasil Sovereign II"). Na mesma data, o Autor solicitou liminarmente o bloqueio judicial e a transferência para uma conta de depósito judicial da importância de R\$ 197.859.

Em 21 de agosto de 2014, a Juíza de Direito da 29ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deferiu o pedido do Autor e determinou o bloqueio dos saldos bancários disponíveis, no dia 22 de agosto de 2014, no montante integral requerido posteriormente substituído por Carta de Fiança bancária, contratada junto ao Banco Bradesco, e que por sua vez é garantida por sua controladora final, para a qual são pagos trimestralmente valores relativos à comissão de fiança, conforme nota explicativa nº 25.

O valor envolvido no processo classificado como risco possível de perda da causa, segundo relatório enviado pelos assessores jurídicos externos, em 30 de junho de 2016, é de R\$ 249.855. As demais causas de natureza cível classificadas como risco possível de perda correspondem substancialmente a processos judiciais em que a Distribuidora figura como ré em condenação solidária à de gestores em virtude de suposta má gestão e administração de fundos de investimentos por ela administrados.

Adicionalmente, foram ajuizadas outras ações judiciais pelo Instituto de Seguridade dos Correios em face da Distribuidora. Considerando que os processos ainda estão em fase inicial em parte dessas ações, não foi possível determinar os montantes estimados de perda e os riscos associados. Além disso, há inquéritos e processos administrativos em curso na CVM tratando de tais assuntos.

## 23 Benefícios a empregados

A Distribuidora é patrocinadora de um plano na modalidade de benefício definido, e participa com parte da contribuição mensal. Adicionalmente, a Distribuidora também patrocina planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial. Em 30 de junho de 2016 e 2015, a Distribuidora detinha o planos de benefícios a empregados, nas modalidades de contribuição definida e de benefício definido, junto à Icatu Seguros S.A.

### *Plano de contribuição definida*

A Distribuidora concede a seus diretores e empregados o benefício, opcional, de participação no plano de previdência privada da Icatu Seguros S.A., na modalidade de contribuição definida, participando como patrocinadora com parcela da contribuição mensal. No semestre findo em 30 de junho de 2016, a Distribuidora contribuiu para a previdência privada o montante de R\$ 701 (R\$ 766 em 30 de junho de 2015).

### *Plano de benefício definido*

A Distribuidora concedia a seus diretores e empregados o benefício, opcional, de participação no plano de previdência privada multipatrocinado da BRASPREV - Fundação Brascan de Previdência, na modalidade de benefício definido, participando como patrocinadora com parcela da contribuição mensal. Este benefício foi mantido para os diretores e funcionários que então haviam optado em participar do referido plano até fevereiro de 2004. Em março de 2012, a Distribuidora transferiu seu plano de benefício definido da BRASPREV para a Icatu Seguros S.A. As contribuições para esse plano totalizaram R\$ 69 e R\$ 169 nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, respectivamente.

A partir de março de 2004, a Distribuidora passou a proporcionar aos seus diretores e empregados o benefício, opcional, de participação no plano de previdência privada da Icatu Seguros S.A., na modalidade de contribuição definida, participando como patrocinadora com parcela da contribuição mensal.

Em 1º de fevereiro de 2016, foi emitido pela Mercer Human Consulting Ltda., o laudo de avaliação atuarial para prover o valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2015 e a estimativa atuarial de despesa para 2016 do plano de benefício definido.

A estimativa da despesa atuarial para o exercício de 2016, apurada de acordo com as regras da Deliberação CVM nº 695, que aprova o CPC 33 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, é de R\$138.

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas no cálculo atuarial foram:

Taxa de desconto	12,89% a.a (nominal)
Crescimento salarial (1)	7,61% a.a (nominal)
Reajuste dos benefícios previdenciários	5,50% a.a (nominal)
Inflação de longo prazo	5,50% a.a (nominal)
Tábua de mortalidade geral	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability

- (1) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelos patrocinadores levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

## 24 Programa de participação nos lucros

A Distribuidora possui um programa de participação nos lucros e/ou resultados para seus funcionários. No semestre findo em 30 de junho de 2016, não foi apurado resultado a ser distribuído. Em 30 de junho de 2015 foi apurado para fins de distribuição, o montante de R\$ 2.363.

## 25 Transações com partes relacionadas

Descrição	2016			
	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Transação/ resultado
Diretoria	-	1.610	2.075	(3.444)
Dividendos devidos à controladora	-	-	-	-
Dividendos a receber	-	-	-	-
Empresas do Grupo no país	1.082	2	-	6.116
Empresas do Grupo no exterior	24	116	-	(2.878)
<b>Total</b>	<b>1.106</b>	<b>1.728</b>	<b>2.075</b>	<b>(206)</b>

  

Descrição	2015			
	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Transação/ resultado
Diretoria	-	-	4.256	(10.179)
Dividendos devidos à controladora	-	28	-	-
Dividendos a receber	4.657	-	-	-
Empresas do Grupo no exterior	14	244	-	(1.673)
<b>Total</b>	<b>4.671</b>	<b>273</b>	<b>4.256</b>	<b>(11.853)</b>

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram os resultados dos períodos, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Distribuidora e outras partes relacionadas, conforme a seguir:

No semestre findo em 30 de junho de 2016, foi registrado um montante a pagar referente a gratificação para a diretoria de R\$ 3.685 (R\$ 4.256 em 30 de junho de 2015). O efeito no resultado deve-se a gratificação anual, benefícios e aos honorários mensais pagos à diretoria.

O saldo a receber/a pagar existente com empresas do Grupo BNY Mellon no exterior, corresponde a valores cobrados ou reembolsados relacionados a rateio de despesas do grupo, que precisam ser reconhecidas no resultado da Distribuidora e pagas periodicamente. Para fins fiscais, são consideradas despesas indedutíveis. De acordo com as regras do Grupo, os valores são recebidos/liquidados até o final do mês subsequente ao mês de emissão da invoice.

Em 7 de julho de 2015, a Distribuidora e as empresas ARX Investimentos Ltda., BNY Mellon Banco S.A., BNY Mellon Administração de Ativos Ltda. e BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda. assinaram o contrato de rateio de custos e despesas administrativas, com o objetivo de regular o compartilhamento das estruturas administrativas e operacionais que correspondem a, dentre outros, funcionários, técnicos, contratados, meios de produção, equipamentos, materiais, local físico e material de terceiros. De acordo com os termos do contrato, os custos e despesas arcados pela Parte Pagadora serão reembolsados pelas Partes Beneficiárias, por meio de cobranças mensais realizadas por meio de notas de débito emitidas pela Parte Pagadora. No semestre findo em 30 de junho de 2016, o rateio de custos e despesas administrativas impactou o resultado da Distribuidora no montante de R\$ 6.116.

A ARX Investimentos Ltda. (“ARX”), subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, com sede em Nova Iorque, atua como gestora de fundos de investimentos administrados pela Distribuidora. A ARX e sua subsidiária integral BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda. não integram o grupo econômico financeiro do qual a Distribuidora faz parte. Em 30 de junho de 2016 a Distribuidora possuía saldos a receber de R\$ 350 e R\$ 65 referente ao contrato de rateio de custos e despesas administrativas com a ARX Investimentos Ltda., e sua subsidiária BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda., respectivamente.

Durante o semestre de 2016, a Distribuidora manteve movimentação em conta corrente no BNY Mellon Banco S.A. (“Banco”), integrante do mesmo conglomerado financeiro. Em 30 de junho de 2016 a Distribuidora apresentou um saldo no montante de R\$88 (R\$22 em 30 de junho de 2015) no Banco, que encontra-se apresentado na rubrica “Disponibilidades” do balanço patrimonial.

O rateio de custos e despesas administrativas com o BNY Mellon Banco S.A. gerou no semestre findo em 30 de junho de 2016 saldos a pagar e a receber nos montantes de R\$ 2 e R\$ 629, respectivamente.

### **Remuneração de diretores e pessoal chave da Administração**

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui diretores, totalizou R\$ 3.444 em 30 de junho de 2016 (R\$ 10.179 em 30 de junho de 2015). Neste valor estão englobados benefícios de curto prazo, que correspondem a: (i) pro-labore pago à diretoria; (ii) bônus pago e (iii) outros benefícios, como plano de saúde, plano dental, previdência privada e seguro de vida. Adicionalmente, o Grupo possui política de remuneração baseada em ações conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16 e plano de pensão, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 23.

### **Controladora e parte controladora final**

A controladora direta da Distribuidora é a BNY Mellon Participações Ltda. e a controladora final do Grupo é o The Bank of New York Mellon Corporation. Em 30 de junho de 2016, a Distribuidora não possuía saldos a pagar à Controladora direta (R\$28 em 30 de junho de 2015, referentes aos dividendos mínimos obrigatórios).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Distribuidora obteve carta de fiança com sua controladora final como garantia de pagamento, em caso de execução, da fiança contratada junto ao Banco Bradesco em relação à ação ordinária ajuizada pelo Instituto de Seguridade dos Correios, conforme nota explicativa nº 22-b, item 3. No semestre findo em 30 de junho de 2016, a Distribuidora pagou R\$369 referente comissão de fiança para sua Controladora final (R\$ 223 em 30 de junho de 2015), registrado na rubrica “outras despesas administrativas”.



### **Controlada direta**

Em 30 de junho de 2016 a Distribuidora possuía o montante de R\$38 a receber da sua controlada BNY Mellon Administração de Ativos referente ao contrato de rateio de custos e despesas administrativas.

Em 30 de junho de 2015 a Distribuidora possuía o montante de R\$4.657 a receber de sua controlada, BNY Mellon Administração de Ativos Ltda., referente à apuração do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

## **26 Limite operacional (acordo da Basileia)**

As instituições financeiras e entidades equiparadas têm que manter patrimônio líquido mínimo de 9,875 % para o semestre findo em 2016 e 11% para o semestre findo em 2015, dos seus ativos, ponderados por graus de risco às exposições em ouro, moedas estrangeiras e operações sujeitas ao risco operacional e às variações: cambial; taxa de juros; do preço de *commodities*; e do preço de ações classificadas na carteira de negociação, conforme regras e instruções do BACEN. O conglomerado prudencial e conglomerado financeiro estavam enquadrados nesse limite operacional em 30 de junho de 2016 e 2015.

\* \* \*

Patricia Avolio Furtado Alvim  
Diretora

Cristiane Soares Azevedo Rodrigues  
Contadora  
CRC RJ-108555/O-7